



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A COMPANHIA

A ETEE, é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	581,50
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 165.593.732 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 119.904.754 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 112.567.437 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 e 2020 são:

	2021	2020
• Liquidez geral	4,01	2,46
• Liquidez corrente	5,82	1,66
• Relação patrimônio líquido/ativo	75,05%	59,28%
• Relação passivo não circulante/ativo	19,21%	14,95%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	24,95%	17,64%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	35,47%	27,27%
Ativos totais - R\$	551.692.405	638.787.384
Lucro líquido do exercício - R\$	103.299.329	66.800.210

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de

campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	18	159.842.226	116.251.269
Custo da construção e operação	19	(10.292.961)	(7.474.808)
Lucro bruto		149.549.265	108.776.461
Despesas gerais e administrativas	20	(2.342.076)	(4.434.023)
Outras receitas operacionais líquidas	21	(346.395)	(1.067.520)
Lucro antes do resultado financeiro		146.860.794	103.274.918
Resultado financeiro	22	2.555.247	(2.468.992)
Receita financeira		1.671.070	3.720.443
Despesa financeira		(884.177)	(6.189.435)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		149.416.041	100.805.926
IRPJ e CSLL correntes	23	(20.348.778)	(22.841.311)
IRPJ e CSLL diferidos	23	(25.767.934)	(11.164.405)
Lucro líquido do exercício		103.299.329	66.800.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

		31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		103.299.329	66.800.210
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de resultados abrangentes		103.299.329	66.800.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		149.416.041	100.805.926
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	10	277.687	3.907.655
Depreciação e amortização		358.584	261.603
Provisão para perda de crédito esperada	6	(37.256)	(25.583)
Provisão/reversão para contingências	14	2.611	(1.224.365)
Provisão para medidas compensatórias		5.858	(350.415)
Custo de transação de financiamento	10	23.845	143.072
Outras provisões		-	158.794
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(3.540.276)	6.849.508
Contas a receber - partes relacionadas		(3.301.517)	18.263.044
Ativo de contrato	8	(26.088.739)	(8.706.864)
Estoques		(20.733)	(579.345)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.842.860)	2.523.562
Outros impostos a recuperar		(3.230)	(3.105)
Adiantamentos a fornecedores		73.842	287.676
Depósitos judiciais		(10.212.187)	(9.721.211)
Outros ativos		(1.116.689)	(20.246.788)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores terceiros e partes relacionadas		(128.232)	(570.380)
Tributos e contribuições sociais		9.186.507	(221.358)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(21.850.490)	(15.799.939)
Outros impostos pagos		(4.531.814)	(3.672.640)
Juros pagos	10	(1.329.869)	(5.813.270)
Taxas regulamentares		(487.280)	662.684
Compensação ambiental		(100.000)	(484.951)
Outros passivos		(4.651.109)	230.215
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		78.102.693	66.673.525
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição/baixa Imobilizado e intangível		(1.598.402)	(213.807)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.598.402)	(213.807)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de debêntures	10	(135.000.000)	-
Juros sobre capital próprio pagos	17	(5.082.454)	(14.101.798)
Dividendos pagos	17	(62.634.094)	(15.898.202)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(202.716.548)	(30.000.000)
(Redução) aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		(126.212.257)	36.459.718
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		153.212.957	116.753.239
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		27.000.700	153.212.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2022.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da

continua →

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.000.700	153.212.957	Fornecedores - terceiros		398.093	161.946
Concessionárias e permissionárias	6	16.717.378	13.139.845	Fornecedores - partes relacionadas	24	555.250	919.629
Contas a receber - partes relacionadas	24	5.699.282	2.397.764	Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	-	136.028.337
Estoques		2.241.977	2.221.244	Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	20.624.496	17.905.185
Adiantamento a fornecedores		104.270	178.112	Outros impostos a pagar	11	1.232.089	853.755
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	3.884.969	42.108	Taxas regulamentares	12	4.243.953	4.731.233
Outros impostos a recuperar	7	8.029	4.798	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	17	-	668.002
Ativos de contrato	8	124.602.759	99.542.351	Outros passivos circulantes	13	4.587.252	3.313.181
Outros ativos circulantes		3.900.947	2.790.357			31.641.133	164.581.268
		184.160.311	273.529.536	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Outras provisões - compensação ambiental		24.186	118.328
Ativos de contrato	8	241.239.237	240.210.906	Provisão para contingências	14	339.441	336.830
Impostos diferidos	15	91.058.193	101.270.380	Impostos diferidos	15	105.634.842	89.126.856
Depósitos judiciais	9	31.917.794	21.705.606	Outros passivos não circulantes	16	-	5.925.178
Outros ativos não circulantes		597.775	591.679			105.998.469	95.507.192
Imobilizado		2.317.937	1.286.843	Patrimônio líquido	17		
Intangível		401.158	192.434	Capital social		101.747.039	101.747.039
		367.532.094	365.257.848	Reserva especial de ágio		168.700.301	168.700.301
		551.692.405	638.787.384	Retenção de lucros		126.626.604	91.272.725
				Reserva legal		16.978.859	16.978.859
						414.052.803	378.698.924
						551.692.405	638.787.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	101.747.039	168.700.301	16.978.859	59.277.164	-	346.703.363
Dividendos ref. a recálculo CPC 47 (Nota explicativa 17)	-	-	-	(34.136.647)	-	(34.136.647)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	66.800.210	66.800.210
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 17)	-	-	-	66.132.208	(66.132.208)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 17)	-	-	-	-	(668.002)	(668.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.747.039	168.700.301	16.978.859	91.272.725	-	378.698.924
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	103.299.329	103.299.329
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 17)	-	-	-	-	(5.979.358)	(5.979.358)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 17)	-	-	-	-	-	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 17)	-	-	-	(61.966.092)	-	(61.966.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	101.747.039	168.700.301	16.978.859	126.626.604	-	414.052.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE" e/ou "Companhia"), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre Companhias investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-E. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da concessão:** Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000. No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais: (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara. (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 52.000.000 (cinquenta e dois milhões de reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 119.904.754 (cento e dezoito milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 165.593.732 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil, setecentos e trinta e dois reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissonárias: Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

3.3 Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato: O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permissão (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar

deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8 Impostos: Impostos incidentes sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 0,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) - Impostos Correntes:** A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11 Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. **(b) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **(c) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros: Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **• Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **(ii) Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16 Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra

geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes: **(a) Contratos onerosos** - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021. **(b) Reforma de taxas de juros de referência** - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge. **(c) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • CPC 32 Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	608	608
Banco	2.291.780	1.673.781
Aplicações financeiras (i)	24.708.312	151.538.568
	27.000.700	153.212.957

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras em grande parte por meio da participação em CDBs e um pequeno montante no fundo de investimento Safra Executive Max Renda Fixa. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em 2021 de 102,7% CDI. A redução no período foi decorrente principalmente de pagamentos que a Companhia efetuou no exercício de 2021 referente à liquidação de debêntures e pagamento de dividendos e Juros sobre capital próprio.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	14.939.856	11.081.194
Vencidas até 30 dias	10.938	10.680
Vencidas até 60 dias	854	4.170
Vencidas até 90 dias	1.277	3.320
Vencidas há mais de 90 dias	1.803.443	2.116.727
	16.756.368	13.216.091
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(38.990)	(76.246)
	16.717.378	13.139.845

Varição neste grupo ocorreu devido ao aumento na receita permitida comparado ao exercício de 2020 conforme planilha do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(76.246)	(101.828)
Reversão	45.028	30.704
Adição	(7.772)	(5.122)
Saldo em 31 de dezembro	(38.990)	(76.246)

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ a Recuperar	259	216
IRPJ saldo negativo (i)	2.686.790	-
CSLL saldo negativo (i)	1.197.920	41.893
	3.884.969	42.108

Outros impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS /COFINS e CSLL	3.574	2.658
ISS a recuperar	4.173	1.885
Outros impostos a recuperar	282	256
	8.029	4.798

(i) Variação refere-se saldo negativo de IR e CS de 2018, 2019 e 2020 devido a alteração da ECF em 2021.

8. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	124.602.759	99.542.351
Não circulante	241.239.237	240.210.906
	365.841.996	339.753.257

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	331.046.394
Receita de O&M	20.621.304	
Receita de remuneração	104.021.694	
Recebimentos	(115.682.593)	
Imobilizado em curso	(253.542)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	339.753.257	
Circulante	99.542.351	
Não circulante	240.210.906	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	339.753.257	
Receita de O&M (i)	21.607.580	
Receita de remuneração (ii)	107.449.740	
Recebimentos (iii)	(102.968.581)	
Imobilizado em curso	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	365.841.996	
Circulante	124.602.759	
Não circulante	241.239.237	

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (ii) Variação devido à redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração; (iii) O cálculo da linha de recebimentos é feito através da subtração da RAP homologada no ciclo mais o ajuste calculado da diferença entre a RAP do modelo de adoção contra a RAP homologada. Tendo em vista a adoção da premissa do reconhecimento de todas as RAPs do ciclo dentro do ano de homologação da RAP, tal ajuste aumentou em comparação ao período anterior, reduzindo a linha de recebimentos e, por consequência, aumentando o saldo do ativo. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede; • Ao final da concessão, os ativos vinculados a infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo

continua →





EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicadores internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Judiciais (i)	31.917.794	21.705.606
	31.917.794	21.705.606

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final bruto 31/12/2021
Debêntures	136.028.337	277.687	(1.329.869)	-	(135.000.000)	23.845	-
Total	136.028.337	277.687	(1.329.869)	-	(135.000.000)	23.845	-
Financiador	Saldo inicial bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final bruto 31/12/2020
Debêntures	137.790.880	3.907.655	(5.813.270)	-	-	143.072	136.028.337
Total	137.790.880	3.907.655	(5.813.270)	-	-	143.072	136.028.337

Em 08 de fevereiro de 2018, foi assinada a Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfia, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Expansão Transmissão de Energia Elétrica S.A. e desembolsado em 14 de março de 2018 o valor de R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), sendo a amortização bullet, em 08 de fevereiro de 2021.

A partir da data de emissão, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalente a 105% do CDI.

Conforme Escritura, o pagamento dos juros foi realizado semestralmente, a partir de 08 de agosto de 2018 até o vencimento, em 08 de fevereiro de 2021. Na devida data de vencimento ocorreu a liquidação total desse empréstimo no valor de R\$135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) de principal e R\$ 1.329.869 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais) de juros.

c. Covenants

A emissão das debêntures conta com 100% de garantia fidejussória (fiança corporativa) da State Grid Brasil Holding (SGBH). Nestas debêntures não haviam cláusulas de covenants financeiros.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Imposto de renda e contribuição social a pagar	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ (i)	15.268.029	13.210.738
CSLL (i)	5.356.467	4.694.447
Total	20.624.496	17.905.185
Outros impostos a pagar	31/12/2021	31/12/2020
PIS	83.908	63.383
COFINS	389.359	295.340
INSS	381.114	218.777
FGTS	151.666	82.033
Imposto de renda retido na fonte	78.774	75.924
ISS	73.081	42.092
Outros	74.187	76.206
Total	1.232.089	853.755

(i) Variação refere-se a mudança ocorrida nos exercícios de 2021 e 2020 em algumas premissas da base de cálculo de apuração (ICPC 01) gerando impacto no imposto de renda e contribuição social a pagar.

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(959.600)	(1.013.984)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	99.739	86.833
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	5.103.814	5.658.384
Total	4.243.953	4.731.233

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho nº 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 235.347 (duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e sete reais). (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 592.653 (quinhentos e noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais). (iii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias (i)	2.143.017	1.632.962
Provisão de Bônus (i)	2.006.612	1.403.031
IRRF funcionários	437.443	274.547
Outros	180	2.641
Total	4.587.252	3.313.181

(i) Variação refere-se substancialmente nas admissões ocorridas em 2021 e alteração na premissa utilizada no cálculo para provisão de bônus.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões fiscais e de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais	277.776	275.165
Servidões	61.665	61.665
Total	339.441	336.830

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	275.165	61.665	336.830
Adições e reversões, líquidas (i)	2.611	-	2.611
Saldo em 31 de dezembro de 2021	277.776	61.665	339.441
	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.561.195	-	1.561.195
Adições e reversões, líquidas	(1.286.030)	61.665	(1.224.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	275.165	61.665	336.830

(i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial. Portanto, não houve conversão de valores em favor da Companhia; e as provisões constituídas referem-se a ações judiciais envolvendo servidão de passagem, e a ações judiciais e processos administrativos fiscais, de inadimplência no momento da compra da Companhia e que discutem diversos tributos, tais como, ICMS e ISS. Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, ambientais e servidão, conforme segue:

(i) Variação refere-se substancialmente a novos depósitos judiciais fiscais efetuados em 2021 decorrente do andamento do processo de uma ação ordinária a fim de discutir o direito de amortizar o ágio decorrente de incorporação das Companhias ETEE e ETIM.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantias Fidejussórias	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	mar/18	fev/21	105% da Taxa DI	-	136.028.337	136.028.337
Circulante	-	-	-	-	136.028.337	136.028.337
Não circulante	-	-	-	-	-	-
Total					136.028.337	136.028.337

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal (i)	8.973.810	8.889.746
Ambiental (ii)	140.000	140.000
Servidão (iii)	1.098.151	1.098.151
Total	10.211.961	10.127.897

(i) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, relativos a IRPJ e CSLL envolvendo suposta diferença de imposto a recolher, no caso do IRPJ, e suposto não recolhimento incidente sobre a base de cálculo estimada. Guarda-se julgamento ainda de recurso voluntário ainda na fase administrativa pela Receita Federal. Os temas aqui referidos são tratados nos autos dos processos seguintes: 11052.001292/2010-99 e 12448.916708/2010-94, ambos do Rio de Janeiro, RESP 1389004 de Goiás, e 07.1.080020110327-96 e 11707.720783/2017-67, ambos do Distrito Federal. (ii) Processos ambientais: Referem-se a ações administrativas ou judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela Companhia, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. Destaca-se o Processo nº 1001061-88.2017.4.01.3500, com contingência de R\$ 140.000 (cento e quarenta mil reais) que é uma ação anulatória de auto de infração ajuizada pela Companhia contra multa aplicada pelo IBAMA Goiás, e a Companhia venceu em juízo em Abril de 2018, porém o IBAMA interps recurso que aguarda julgamento. (iii) Servidões: Referem-se a ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos ativos referem-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
IR e CSLL Diferidos ativos (crédito fiscal incorporação)	91.058.193	101.270.380
IR Diferido Passivo (i)	(67.854.124)	(56.416.075)
CSLL Diferida Passiva (i)	(24.427.485)	(20.309.787)
PIS Diferido Passivo	(2.377.973)	(2.208.396)
COFINS Diferido Passivo	(10.975.260)	(10.192.598)
Total	(14.576.649)	12.143.524

(i) Variação refere-se a mudança ocorrida nos exercícios de 2021 e 2020 em algumas premissas da base de cálculo de apuração (CPC 47 e ICPC 01) gerando impacto no cálculo do imposto diferido.

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.270.380	(89.126.856)
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	(952.239)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(10.212.187)	(15.555.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	91.058.193	(105.634.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	111.482.568	(87.847.584)
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	(327.055)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(10.212.188)	(952.217)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.270.380	(89.126.856)

16. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2021	31/12/2020
Outras provisões passivas (i)	-	3.872.135
Atualização monetária (i)	-	2.053.043
Total	-	5.925.178

(i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação e atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art. 173, inciso I da CTN.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 101.747.039 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e sete mil e trinta e nove reais) dividido em 101.747.039 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e sete mil e trinta e nove) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S. A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
Total	100,00%

b. Reserva especial de ágio: A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-E na ETEE em 31 de outubro de 2017. c. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A partir de 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido. d. Reserva de retenção de lucros: A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO. e. Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	103.299.329	66.800.210
Base de cálculo para os dividendos	103.299.329	66.800.210
Dividendo mínimo obrigatório	1.032.993	668.002
Juros sobre capital próprio	(5.979.358)	-
Total	97.349.978	67.468.212

Através da Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2020, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 15.898.202 (quinze milhões, oitocentos e noventa e oito mil, duzentos e dois reais). Esse montante foi pago em 06 de agosto de 2020. Em 2020 houve ajuste na conta de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 18.238.445 (dezoito milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais) devido a reapresentação das demonstrações financeiras de 01/01/2018 e 31/12/2018 referente a adoção do CPC 47. A ata de distribuição de resultado de 08 de julho de 2020 já está contemplando esse valor no saldo de reserva de lucros. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 47.945.449 (quarenta e sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e nove reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2020, foi pago nos meses de agosto e novembro de 2021 totalizando R\$ 48.613.452 (quarenta e oito milhões, seiscentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais). Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em

vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 14.020.642 (quatorze milhões, vinte mil e seiscentos e quarenta e dois reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021. Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 5.979.358 (cinco milhões, novecentos e setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 896.904 (oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e quatro reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$5.082.454 (cinco milhões, oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor de juros sobre capital próprio ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta (i)	170.422.796	123.969.719
Receita de operação e manutenção	21.607.580	20.621.304
Remuneração do ativo de contrato	107.449.740	104.021.694
Outras receitas (ii)	41.365.476	(673.279)
Deduções da receita operacional	(10.580.570)	(7.718.450)
PIS e COFINS (correntes)	(5.268.193)	(4.197.754)
PIS e COFINS (diferidos)	(952.239)	(327.055)
RGR	(2.497.862)	(1.699.354)
TFSEE	(515.219)	(418.108)
P&D	(1.347.057)	(1.076.179)
Total	159.842.226	116.251.269

(i) O reconhecimento da receita baseia-se no reconhecimento do direito adquirido de receber as RAPs reajustadas via homologação da ANEEL dentro do exercício fiscal da própria homologação, de forma a sempre trazer para o ano da homologação em si um impacto mais completo e corrigir parcialmente eventuais descasamentos de inflação. Dessa forma, o alto patamar atingido pela inflação ao longo de 2021 trouxe impacto representativo na RAP homologada para o ciclo 2021-2022 e, por consequente, a Companhia considerou como razoável reconhecer a diferença entre a RAP projetada no modelo (a uma inflação mais baixa) e a RAP do ciclo atual homologada pela ANEEL, dentro do próprio exercício. (ii) O cálculo da linha de outras receitas é decorrente da variação entre a RAP do modelo da adoção e a RAP homologada pela ANEEL. No caso da Companhia, o impacto observado é consequência do fato de que a mesma é reajustada pelo IGP-M e teve um aumento de RAP considerável entre os ciclos de revisão, impactando o reconhecimento de outras receitas.

19. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(6.321.092)	(5.420.205)
Material	(648.884)	(375.530)
Serviços de terceiros (i)	(1.364.128)	(875.058)
Custo de operação e manutenção (ii)	(980.090)	(49.805)
Gastos diversos	(759.970)	(554.901)
Outros	(218.797)	(199.309)
Total	(10.292.961)	(7.474.808)

(i) Variação refere-se substancialmente a gastos com recuperação de áreas degradadas pois durante o período da inspeção preventiva anual ao longo da ETEE, foram levantados pontos de acessos com erosões e acessos inexistentes devido a decorrência das chuvas e crescimento do capim ou desmatamento feito por proprietários, onde identificamos alguns acessos que necessitam de recuperação e definição dos mesmos, para que possamos ter uma boa locomoção até a torre visitada.

(ii) Variação refere-se substancialmente a baixa de ativo imobilizado no exercício de 2020, fato que não ocorreu em 2021.

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(3.483.856)	(3.275.009)
Administradores	(269.744)	(473.893)
Material	(107.150)	(92.336)
Serviços de terceiros		



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)**

	31/12/2021	31/12/2020
24.1 Ativo		
Contas a receber - partes relacionadas	5.699.282	2.397.764
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.444.911	2.332.039
Outros	1.254.371	65.725
24.2 Passivo		
Fornecedores - partes relacionadas	555.250	919.629
Aluguel (ii)	-	7.390
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	341.406	698.396
Outros	213.844	213.843
24.3 Resultado		
Resultado - partes relacionadas	14.908.439	8.064.769
Aluguel (ii)	(97.874)	(81.865)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	14.248.432	8.146.634
Receita de Dispêndios - Silvânia Transmissora de Energia (iii)	757.881	-

redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.000.700	153.212.957
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Contas a receber - partes relacionadas	24	5.699.282	2.397.764
Concessionárias e permissionárias	6	16.717.378	13.139.845
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	10	-	136.028.337
Fornecedores - terceiros		398.092	161.946
Fornecedores - partes relacionadas	24	555.250	919.629

25.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	27.000.700	153.212.957
Contas a receber partes relacionadas	5.699.282	2.397.764
Concessionária e Permissionárias	16.717.378	13.139.845

Passivos Financeiros
Empréstimos e financiamentos - terceiros - 136.028.337

c. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	122.100.659	122.100.658
Veículos	Carros	1.109.960	906.417
		143.210.619	143.007.075

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

